

Macabéa, flor de Mulungu: a reescrita de Conceição Evaristo

Macabéa, flor de Mulungu: la reescritura de Conceição Evaristo

Daniela Severo de Souza Scheifler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

danischeifler@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1233-3940>

RESUMO

A partir da análise de *Macabéa, Flor de Mulungu*, de Conceição Evaristo, este artigo examina como, por meio da linguagem e do conceito de escrevivência, Evaristo constrói a subjetividade de Macabéa e a faz ressurgir a partir de seu lugar de subalternidade. O texto dialoga com a escritora Clarice Lispector, que, em *A Hora da Estrela*, dá o ponto de partida à denúncia do racismo e dos ideais da branquitude. Em sua reescrita, Conceição Evaristo recria a personagem originalmente narrada por um homem branco e carioca, Rodrigo S. M., em um contexto em que esses temas eram marginalizados, especialmente durante a ditadura militar, em um Brasil que ainda nutria a ilusão do mito da democracia racial. Partindo de um referencial teórico de mulheres negras, Gonzalez (1984, 1988), Santos (2021), Spivak (2018) e Lugones (2010), a pesquisa demonstra como Macabéa ressurge 35 anos depois, considerando as inúmeras transformações sociais ocorridas no Brasil, como a promulgação da Constituição de 1988 e seus desdobramentos subsequentes.

Palavras-chave: Reescrita; Vivências; Racismo; Branquitude.

RESUMEN

A partir del análisis de *Macabéa, Flor de Mulungu*, de Conceição Evaristo, este artículo examina cómo, por medio del lenguaje y del concepto de “escrevivencia”, Evaristo construye la subjetividad de Macabéa y la hace resurgir desde su lugar de subalternidad. El texto dialoga con la escritora Clarice Lispector, quien, en *A hora da estrela*, da el punto de partida para la denuncia del racismo y de los ideales de la blanquitud. En su reescritura, Conceição Evaristo recrea al personaje originalmente narrado por un hombre blanco y carioca, Rodrigo S. M., en un contexto en el que estos temas eran marginados, especialmente durante la dictadura militar, en un Brasil que todavía alimentaba la ilusión del mito de la democracia racial. Partiendo de un marco teórico de mujeres negras — Gonzalez (1984, 1988), Santos (2021), Spivak (2018) y Lugones (2010) —, la investigación demuestra cómo Macabéa resurge 35 años después, considerando las numerosas transformaciones sociales ocurridas en Brasil, como la promulgación de la Constitución de 1988 y sus desarrollos posteriores.

Palabras clave: Reescritura; Vivencias; Racismo; Blanquitud.

Se essa história não existe, passará a existir.
(Clarice Lispector)

INTRODUÇÃO

Há 11 anos, a Editora Oficina Raquel resolveu fazer uma homenagem à escritora Clarice Lispector. A ideia era dialogar com textos ou com as personagens de Clarice. Dentre os escritores convidados para o projeto, estava a renomada escritora Conceição Evaristo que decide dialogar com a personagem Macabéa de *A hora da Estrela*, publicado pela primeira vez em 1977 e vencedor do Prêmio Jabuti em 1978. No livro mais lido de Clarice, o narrador Rodrigo S. M., em dedicatória ao autor, parece fazer um chamado para que a obra tenha uma resposta, para que alguém a complete ou continue a história que será narrada:

Esta história acontece em estado de emergência e de calamidade pública. Trata-se de livro inacabado porque lhe falta a resposta. Resposta esta que espero que alguém no mundo me dê (Lispector, 2013, p. 7).

A história acontece em estado de emergência e de calamidade pública, pois de fato a situação da mulher negra, indígena e nordestina no Brasil da década de 70, era e segue ainda sendo, mesmo com as significativas mudanças dos últimos 50 anos, de extrema opressão e apagamento. Abafamento completo da sua subjetividade que vem desde a escravização à época do Brasil colonial, apagamento das suas tantas habilidades, da sua religião, da sua intelectualidade, um completo epistemício (Carneiro, 2005). Parece haver um convite para que alguém algum dia dê uma resposta a isso. Clarice, à época, constrói literariamente uma representação da sociedade e da cultura brasileira e de suas inúmeras desigualdades (Medeiros, 2011). Sociedade na qual os marginalizados e os invisibilizados não possuem voz. Macabéa é mulher migrante que decide se mudar para o Rio de Janeiro em busca de trabalho e oportunidades, assim como fizeram muitos brasileiros. A escritora, sem sair do estilo psicológico e introspectivo que é a sua marca, adentra o tema das desigualdades sociais, colocando um homem branco, intelectual, de classe média a narrar uma mulher nordestina, negra e migrante:

[...] ao intenso trabalho de linguagem, somou-se a presença de temas da realidade social brasileira, o que fez com que a crítica imediatamente tratasse *A hora da estrela* como uma composição ímpar no conjunto da ficção da autora, já que a obra refere-se especificamente ao Brasil [...] (Medeiros, 2002, p. 198).

É importante ressaltar que, à mulher negra, recaem as imagens de controle as quais Lélia Gonzalez tão bem explicita: *a mulata do samba sexualizada no rito carnavalesco no qual o mito da democracia racial é atualizado com toda a sua força* (Lélia, 1984, p. 80) para em seguida voltar a ser a empregada doméstica, ou a mãe preta. Uma vez que a mulher negra sai do controle dessas imagens, quem ela é? Macabéa é uma mulher nordestina, alagoana, pobre e migrante que trabalha como datilógrafa no Rio de Janeiro, uma profissão sem muito propósito e desconectada de suas raízes e da sua ancestralidade. Inúmeros marcadores de subalternidade a atravessam: raça, classe, gênero e o fato de ser uma mulher migrante. Macabéa é narrada, é falada por um homem branco carioca, um homem branco do centro cultural e econômico do país, a mulher que é base da pirâmide da sociedade brasileira, sendo narrada por quem ocupa o topo da pirâmide social e econômica. Faz-se a pergunta: Poderia a subalterna Macabéa falar no Brasil dos anos 70 dada as suas condições, as suas avenidas identitárias e seus marcadores de interseccionalidade?

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Seguindo então nesta linha de raciocínio, de dominação econômica, cultural e do imaginário, “pode o subalterno falar?” (Spivak, 2010) dentro desse contexto? Podem realmente as mulheres hoje falarem em seu próprio nome? Os estudos decoloniais deram realmente um giro no modo de pensar a história, mas ainda é muito difícil que grupos subalternizados, principalmente as mulheres, falem em seu próprio nome. A teórica dos estudos subalternos Gayatri Spivak explica:

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é a da participação feminina na insurgência ou nas regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (Spivak, 2010, p. 66-67).

A verdade é que *O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais.* (Spivak, 2010, p. 165). O que ocorre muito mais facilmente é o subalterno ser falado. Uma vez que o primeiro passo para destituir um povo de sua humanidade é fazê-lo “outro”, projetar sobre ele aquilo que na verdade está dentro daquele que o nomeia: *O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo* (Kilomba, 2019, p.37). Parafraseando a psicanalista negra Neusa Santos Souza, pode-se ver *o massacre da identidade dessa mulher nordestina, de cor, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas.* (Souza, 2022, p.18).

Clarice traz o tema das desigualdades e é Rodrigo S.M. que narra a vida insignificante de Macabéa em *A hora da estrela*, uma mulher que frequentava cinemas baratos, que passava fome e que não sabia o que era macarrão. Ao ser narrada, Macabéa é apresentada sem nenhuma subjetividade. Conceição Evaristo, romancista e ensaísta negro-brasileira, 35 anos depois, decide reescrever Macabéa com o livro *Macabéa, flor de Mulungu* colocando em prática a sua famosa frase: A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos (Evaristo, 2007). A escritora traz grande suporte teórico para que mulheres negras possam contar e escrever a partir do seu lugar, tão silenciado ao longo dos séculos. E é através dessa expressão criativa que mulheres negras denunciam a colonização e suas colonialidades, se insubordinam ao racismo e ao sexismo:

Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto inscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. (Evaristo, 2007, p. 16-21)

A escrita marcada pela vivência da mulher negra, anuncia-se já no início do conto: *Eu vi a moça, a outra. Uma Macabéa outra. E essa outra, vi em seu estado de breve floração.* (Evaristo, 2023, p. 8). Será nos passos dessa outra Macabéa que Conceição Evaristo criou - no espaço aberto deixado por Clarice Lispector - que este trabalho vai caminhar.

MACABÉA

Já no início do conto, Conceição Evaristo apresenta uma Macabéa como uma mulher da qual falam, ela não fala por si, em seu próprio nome. Além do mais, se ela tomasse conhecimento de tudo que falam sobre a ela, não suportaria o peso de todas essas projeções em si.

E tantas eram as verdades inventadas acerca de Macabéa, que se a pobre sofrente tomasse conhecimento de tudo que era criado a respeito dela, na certa não suportaria tudo em si. Explodiria de tanto ser aquilo que ela nem sabia se era (Evaristo, 2023, p. 8).

Muitas mulheres negras relatam que precisam fazer o esforço de definir a si mesmas. Ao receber a projeção do mundo colonial, sofrem com a discriminação e a alienação da identidade, Lélia Gonzalez diz *não poder falar na primeira pessoa do singular de algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região: ameríndias e amefricanas subordinadas a uma latinidade que legitima sua inferioridade* (Gonzalez, 1988, p. 140). O sistema patriarcal-racista é um sistema ideológico de dominação que infantiliza mulheres não brancas. Impõe um lugar inferior dentro da hierarquia a essas mulheres (sustentado por condições biológicas como sexo e raça). Suprime a humanidade porque nega o direito de ser sujeito do próprio discurso e sujeito da sua história. Quando Conceição Evaristo reescreve Macabéa, sendo ela também uma mulher negra, faz o que Lélia propunha já há exatos 40 anos, mas que no Brasil de então não era assim tão fácil de acontecer:

O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 2020, p. 78).

Após quase 40 anos de sua primeira publicação, a personagem Macabéa é reescrita por uma mulher negra, uma amefricana, para usar o termo de Lélia Gonzalez. Uma mulher que fala sim sobre Macabéa, mas que ocupa um lugar de fala muito próximo da personagem: *eu não preciso de nenhum ardil para garantir que Macabéa, a Flor de Mulungu, sou eu. Tal é a minha parença-mulher com ela. Repito, sou eu e são todos os meus*. (Evaristo, 2023, p. 11). Falar da opressão de Macabéa é falar ao mesmo tempo da opressão que sofrem mulheres, negras, indígenas, nordestinas, mulheres em posições sempre muito subalternas, alvos de discriminação e violências. *De Macabéa todas as pessoas fantasiavam somente a brabeza do desamparo*. (Evaristo, 2023, p.8). Contudo,

Conceição Evaristo apresenta Macabéa de outra forma, e falando sobre ela, é como se falasse em nome dela, em seu próprio nome, sob outra perspectiva diferente do olhar que coloniza o outro: *E assim era a Béa. Una e múltipla, eu sabia. Sapiência, sabedoria, dom de Macabéa desde o berço.* (Evaristo, 2023, p.11) Béa é ela mesma, mas é também muitas outras mulheres que, como ela, caminha em passos que vêm de longe, numa referência à ancestralidade dessas mulheres, além da referência às experiências compartilhadas no que se refere à colonialidade sofrida por elas. Conceição Evaristo referindo-se a outras personagens suas, ressalta: *estas histórias não são totalmente minhas, mas quase me pertencem na medida em que, às vezes, se (con) fundem com as minhas* (Evaristo, 2011, p.9). Todavia, é através da linguagem que a escritora muda o rumo da história. Sapiência, sabedoria e dom são as palavras vinculadas à Macabéa por Conceição para começar a descrevê-la. Porém a moça se embaralhava de fato frente às situações de violência pelas quais passava:

A moça, é verdade, se embaralhava na escrita e tinha dificuldades em traçar palavras como “Dagmar”, nome de uma de suas tias. “Dogma”, expressão que ouvira um dia do padre, na igreja de sua terra. O termo “advogado” também lhe causava um mal-estar (Evaristo, 2023, p. 11).

Macabéa era órfã de pai e mãe e migrou para o Rio de Janeiro com uma tia que a maltratava. Além de bater na moça, negava-lhe a sobremesa de goiabada com queijo que, nas palavras de Rodrigo S. M em *A hora da estrela*, era a única coisa que de fato Macabéa, tão desprovida de desejos significativos, segundo o olhar colonial do homem branco, desejava. E, ainda assim, não obtinha. Era preciso então fazer algo com isso, sanar a violência da linguagem, através da própria linguagem:

Era preciso consertar as palavras, assim como era preciso consertar, arrumar a vida e o mundo. A língua de Béa era a nossa e não era. Quem entendia bem o linguajar dela era aquela outra moça, que também era a outra, a Eulália de Marcos Bagno (Evaristo, 2023, p. 12).

Na novela sociolinguística de Marcos Bagno, resgata-se os saberes outros, a pluralidade das normas linguísticas. Falar diferente não é falar errado e o que pode parecer erro no português não-padrão tem uma explicação lógica, científica (linguística, histórica, sociológica, psicológica). *Lélia Gonzalez, a que moldou o barro*, como diz Cidinha da Silva (Da Silva, 2018, p.253), nomeou de “pretoguês”, a marca da africanização do português falado no Brasil (Gonzalez, 2018, p. 323). E Conceição Evaristo é fiel defensora e falante do pretoguês:

Macabéa residia na casa da linguagem, embora não fosse de muito falar. Aprendera com os seus determinadas máximas. Em boca fechada não entra mosquito. Pouco errava em suas apreciações, não era dada à falação. Entre o ouro do silêncio e a prata da palavra, escolhia o recolher-se em si, em muitas ocasiões. Entretanto, exercitava a linguagem e muito (Evaristo, 2023, p. 15).

Da apatia de Macabéa em *A hora da Estrela* que tecla o seu tec tec tec tec para a *Macabéa, Flor de Mulungu*, assiste-se a uma mulher subalterna que escolhe o silêncio como proteção, mas principalmente como útero de sua subjetividade, um lugar de criação, longe da falação sem sentido:

E até tarde da noite, mesmo cansadas, preocupadas com Macabéa, tentativas faziam para arrancar a moça de seu mutismo e aliciá-la para o tec-tec-tec de vários assuntos. Mas o pior era a hora do encontro com Olímpico de Jesus. Estava apaixonada por ele. Dizem que o amor é cego, Macabéa queria que fosse também surdo. Tudo em Olímpico era tec-tec-tec e ele trazia em si um defeituoso dom, falava muito (Evaristo, 2023, p. 26)

E, ainda que no conto de Conceição Evaristo Macabéa esteja apaixonada por Olímpico, vê-se uma personagem outra, com senso crítico, que reflete e vê o homem com seus defeitos. E que talvez não o queira mais. Conceição vincula à Macabéa, através da linguagem e da palavra inscrita, outras competências e toda uma subjetividade que precisa se proteger da violência colonial:

De onde Macabéa, Flor de Mulungu, tirava suas sabedorias? De seus bons antecedentes. Sapiência ancestral. Aliás, era muito difícil, impossível quase, traçar com exatidão a árvore genealógica de Macabéa. As ramagens se embaralhavam. Procelas, invasões, travessias, exílios, batismos forçados, aldeias queimadas, tutela da igreja, muita água, quase mar, canoas sobre o Xingu (Evaristo, 2023, p. 15).

E, ao mesmo tempo que situa Macabéa como herdeira de uma sabedoria ancestral, denuncia a escravização, o colonialismo, a diáspora do povo negro, a colonização religiosa, o tráfico negreiro, toda a violência cometida contra o povo preto apartado da sua terra, das suas origens e da sua humanidade. *Uma história que a história não conta [...] com versos que o livro apagou.*¹ Porém, Conceição a resgata, a faz ressurgir com a sua escrita atribuindo-lhe outro valor e uma subjetividade própria:

Das competências não anunciadas de Macabéa, Flor de Mulungu, além de ótima cerzideira, a moça tinha o ofício de parteira. Quem via os seus morosos dedos tropeçando nas teclas da máquina de datilografia não concebia, para suas mãos, o dom de amparar a vida em sua chegada ao mundo. E de outra arte, ainda Macabéa, sem nenhum alarde, possuía autoria. Ela sabia da serventia de várias plantas.

¹ Samba-enredo da Mangueira de 2019.

Palavras como competência, ofício, dom, autoria e saber/sabedoria foram atribuídas a Macabéa. E, ao elencar esses saberes das plantas, ressalta que eles foram adquiridos no contato com os povos das florestas, os povos indígenas, Conceição desvela também o artil de Macabéa frente à violência sexual sofrida por mulheres negras e indígenas. Esse saber a protege de viver ainda mais violências:

Boa infusão a das folhas da árvore mulungu, apelidada como “amansa senhor”, “capa-homem” e outras alcunhas. Esses e mais conhecimentos, repito, Macabéa herdara de seus bons antecedentes. Os povos das florestas e aqueles que tinham chegado, banhados da água salgada do mar, mantinham uma vital intimidade com as plantas. Boas folhas as da árvore mulungu (Evaristo, 2023, p. 19).

A flor de Mulungu, conhecida cientificamente como *Erythrina mulungu*, é uma árvore que tem a sua floração entre julho e setembro e nos outros meses do ano ela fica totalmente desprovida de folhas:

Essa planta é utilizada na medicina popular brasileira há muito tempo como um sedativo e calmante natural. Também aparecem relatos do uso no tratamento do estresse, da ansiedade e da depressão.²

É essa sabedoria popular que Macabéa carrega com ela, fruto do contato com a sua ancestralidade: [...] *Remédios feitos nas urgências da vida [...] intenção de cura [...] Flor de Mulungu, como bálsamo, curava feridas do corpo e fendas da alma.* (Evaristo, 2023, p. 19). Ademais, as competências de Macabéa não param no conhecimento das plantas. Na função de cerzideira, Macabéa, restaurava fios, pessoas, histórias e devolvia à vida o que estava morto ou relegado ao esquecimento.

De todas as funções exercidas, o ato de cerzir era o que mais seduzia a moça. E de todas as peças, as que vinham sempre em abundância para a cerzideira, eram lenços. [...] com os fios tão visivelmente rompidos, que não passavam de molambos pendentes à morte, ao esquecimento. Para esses então, o afazer da moça não se resumia somente em restaurar os fios esgarçados. Era tudo o mais. Tratava-se de recompor, de devolver a vida que ali existiu. Esses lenços, existências em seus momentos escorregadios, chegavam sempre secos, mas úmidos de lágrimas (Evaristo, 2023, p. 21).

Macabéa cerzia lenços, diferentemente da Macabéa de *A Hora da Estrela* que nem lenço tinha e que assoava o nariz num pijama de tecido duro, uma espécie de jeans. Era conhecedora das plantas e cerzideira. Dons de Macabéa. Além disso, A Flor de Mulungu também era parteira e trazia crianças ao mundo, tinha o dom de participar do mistério da vida e trazer ao mundo todas as crianças vivas:

² Portal de notícias da Universidade Federal de Uberlândia <https://comunica.ufu.br/noticias/2019/06/uso-do-mulungu-para-alem-dos-efeitos-calmantes> último acesso em 1º de outubro de 2024.

Em Macabéa, a estrela, a luz. Com as mãos desempenhando outro ofício, pegava a criança que se apresentava ao mundo. Macabéa, partícipe ativa de um enigma, que é o de nascer. Com naturalidade ela partejava as mulheres sem que nenhum rebento tomasse a via contrária. Sim, todos nasciam vivos (Evaristo, 2023, p. 22).

Interessante ressaltar o alto índice de mortalidade das mulheres e mães negras, em função do racismo e da violência obstétrica vivenciada por elas. Uma pesquisa do ministério da saúde, feita em 2023, aponta que o número de óbitos de mulheres negras no parto é o dobro do de mulheres brancas. Conceição Evaristo faz ressurgir Macabéa através de um resgate de suas habilidades ancestrais. Denuncia a violência, ressalta a luta e o saber fazer com as próprias mãos. Exalta a potência feminina, ao mesmo tempo que denuncia a violência sofrida pelas mulheres:

Porém, em meio a estas embaralhadas lembranças, três imagens sobressaíam em sua memória. Uma trindade feminina. Uma jovem índia modelando uma jarra de barro. Uma mulher negra de pé, olhando as águas do mar, ao lado dela, um cesto coberto por uma toalha branca descansava. E uma velha portuguesa ocupada em servir o marido e os filhos. Nesses momentos, Macabéa impregnada pelo efeito das três imagens, experimentava o ápice da potência feminina. E se fortalecia na certeza de que não estava sozinha (Evaristo, 2023, p. 16).

A mulher indígena ocupada com a fabricação da cerâmica, um utensílio de barro que serve para conter a água. A terra e a água, dois elementos tão fundamentais à vida. A mulher negra olhando para o mar. Saudosa será? De sua terra, de seus filhos? Triste ao relembrar a travessia do Atlântico? Com um cesto de oferendas à Iemanjá? As imagens são bastante simbólicas e deixam o entendimento sobre elas em aberto. Por último, a mulher portuguesa, a mulher branca, que se ocupa de servir aos homens. Todas essas mulheres, sem exceção, subjugadas aos ditames do patriarcado. Todas essas mulheres resistindo de certa forma. E nisso não estavam sozinhas.

No episódio de comemoração dos cinco anos do Podcast Angu de grilo, um podcast de notícias e economia, produzido pela jornalista negra Flávia Oliveira e sua filha Isabela Reis, Conceição Evaristo, a convidada especial do episódio que foi gravado no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, fala sobre Macabéa:

E com Macabéa, quer dizer, A hora da Estrela, na verdade, eu só dialogo com a morte de Macabéa. Porque...pode ser bobeira, tá, gente? Mas não é, quem lê sabe disso também. Porque muitas vezes vocês leem um texto e fica pesaroso, né? Dizendo, essa história não podia terminar. E eu sei que muitos dos meus textos descontentam porque a personagem, né? Eu já sei que tenho fama meio de assassina. Aí quando eu lembro de Macabéa morta no chão. Macabéa não é pra morrer, sabe? Eu até me emociono mesmo. Macabéa tem uma existência segundo, quer dizer, a existência que Rodrigo, o narrador de A hora da Estrela,

faz de Macabéa é muito cruel. E a crueldade maior que Rodrigo faz de Macabéa quando ele descreve Macabéa, é retirar de Macabéa o poder da linguagem. Como dizer, porque ela é uma personagem nordestina, como calar essa mulher nordestina, gente? Como? Até porque a gente sabe que a fala, o grito, esse rompimento do silêncio, ele não se dá só nesse discurso articulado. Ele dá na dança, ele dá no canto, ele dá no gesto. E se tem. Eu acho que as populações subalternizadas, os sujeitos subalternizados, a gente sempre encontra um lugar de dizer a nossa fala. A gente sempre encontra um lugar de dizer. E Rodrigo, quem leu A Hora da Estrela sabe o que Rodrigo faz de Macabéa. Macabéa não é nada. Então foi lendo essa Macabéa, que tem essa existência não nula, e que morre naquele momento que ela sai da cartomante e acha que vai encontrar a felicidade, não podia deixar essa mulher morrer. Essa personagem não podia morrer, porque tem uma parte no texto que eu falo, Macabéa sou eu. Quer dizer, é concordar com a minha própria morte, né? Então, é esse momento de morte de Macabéa que tem essa transfiguração que é uma outra, que é essa Macabéa, Flor de Mulungu. (Angu de Grilo, 2024, episódio #250)

Essa personagem não podia morrer. -A gente combinamos de não morrer (Evaristo, 2016, p. 99) é a frase de um dos contos de *Olhos d'Água*, de Conceição Evaristo, que traz o manifesto feito pelas comunidades negras desde o período do tráfico transatlântico. Conceição restitui a humanidade de Macabéa, a faz ressurgir com toda a sua potência a partir do lugar de subalternidade que lhe foi relegado.

O AVESSO DO MESMO LUGAR

A subjetividade da mulher não-branca terceiro mundista não está dada no mundo, mas, ao contrário, é abafada pelos ideais da branquitude e da supremacia branca. Ideais que, através também da linguagem e das suas tecnologias de gênero [...] *o atual esforço para criar novos espaços de discurso, reescrever narrativas culturais e definir os termos de outra perspectiva- uma visão de “outro lugar* (Lauretis, 2019, p.120) nas quais a mulher negra, ou não-branca não é representada em lugares de destaque, mas sim dentro das imagens de controle e das tecnologias de gênero e raça que oprimem os corpos das mulheres amefricanas e ameríndias. Uma subjetividade que precisa ser resgatada e reconstruída, que precisa de aprendizado como explica Lélia Gonzalez:

Quando falo de experiência, quero dizer um processo de aprendizado difícil na busca da minha identidade como mulher negra dentro de uma sociedade que me oprime e me discrimina justamente por isso (Gonzalez, 2020, p. 140).

Um aprendizado ainda mais difícil no Brasil dos anos 80. Um país que, ao mesmo tempo que festejava os 100 anos da abolição da escravização e celebrava a sua Constituição Cidadã de 1988, seguia perpetuando o racismo sob o mito da democracia racial - a ideia de que as diferentes raças no Brasil viveriam em harmonia. Um discurso

dominante que se propaga e se confirma de diferentes formas, desde a Literatura até os sambas-enredo da época que celebravam a Princesa Isabel e a Lei Áurea como a libertadora do povo escravizado, ignorando as lutas do povo preto. A professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rita Schmidt, no texto Na literatura, “Mulheres que reescrevem a nação” vai analisar como a literatura contribuiu para a criação desse mito da democracia racial e para construção de um sujeito não marcado pela diferença:

Os textos de autoria de mulheres levantam interrogações acerca das premissas críticas e formações canônicas, bem como tensionam as representações dominantes calcadas no discurso assimilacionista de um sujeito nacional não marcado pela diferença (Schmidt, 2019, p. 64).

Não a caso conhece-se pouco os textos de autoria de mulheres. De um modo geral, sejam elas negras ou brancas, esses textos não são trabalhados nas universidades. Faz pouco tempo que começam a aparecer nas leituras obrigatórias dos vestibulares e, conseqüentemente, nos cursos de graduação em Letras: *Na construção da genealogia brasileira, não houve espaço para a alteridade* (Schmidt, 2019, p.68). Os ideais da branquitude seguiam dominando fortemente o discurso, o samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense de 1989, o Carnaval seguinte à Constituição de 1988, promulgada em outubro: *pra Isabel, a heroína, que assinou a lei divina*³. Gonzalez (1988) ressalta que o momento de celebração dos 100 anos da abolição da escravização é, na verdade, um momento de reflexão, pois não se havia tido muitas conquistas e avanços advindos da luta por direitos. A socióloga propõe uma reflexão histórica a respeito da questão racial na América Latina para pensar o contexto no qual vivem as mulheres latinas não-brancas e o alto preço que elas pagam por isso: *As sociedades ibéricas foram estruturadas de maneira altamente hierárquica, com muitas camadas sociais diferentes e complementares* (Gonzalez, 2020, p. 143). Nessas sociedades, tudo e todos tinham um lugar certo e não havia espaço para a igualdade, assim como não existia mobilidade, principalmente e especialmente para diferentes grupos étnicos como os mouros e os judeus – esses sempre sujeitos a um controle social e político violentos. As sociedades latino-americanas são herdeiras dessa classificação (racial e sexual) e por isso são sociedades altamente hierárquicas e estratificadas racialmente. *Neste contexto a segregação de mestiços, índios ou negros se torna desnecessária, porque as hierarquias garantem a superioridade dos*

³ Composição: Jurandir / Niltinho Tristeza / Preto Jóia / Vicentinho.

brancos como grupo dominante. (Gonzalez, 2020, p. 143). Assim mantém-se os privilégios da Branquitude, de preferência velados, como um sistema supremacista branco que se quer invisível. De fato, a branquitude, em sua essência, diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são *não nomeadas e não marcadas, ou seja, há silêncio e ocultação em torno dessas práticas culturais*. (Bento, 2022, p. 62). *Todos são iguais perante a lei: caráter claramente formalista* (Gonzalez, 2020, p. 143). O racismo latino-americano é sofisticado: mantém negros e índios na condição de subordinados /ideologia do branqueamento. Meios de comunicação em massa e aparatos ideológicos tradicionais, reproduzem e perpetuam valores da cultura ocidental branca como universais. Paixão (2019) entrevista a pesquisadora Natália Neris que ressalta:

“1988 é um ano importante para o movimento negro, porque é o ano do centenário da abolição. Era o momento em que o Estado brasileiro e a mídia tinham muito uma perspectiva de comemorar e celebrar a abolição, e esse movimento dizia: 'não, não há nada que se comemorar, a desigualdade continua'”, explica.

Pode-se ver, pela letra do samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense, pós-Constituição de 1988, que não havia ocorrido mudanças na discussão do mito da democracia racial e no discurso dominante que pregava que haveria uma convivência harmoniosa entre as raças. Isabel, a heroína, e centenário em poesia, imagens artificiosas para encobrir o racismo no Brasil e apagar a luta do povo preto. E, na ocasião da aprovação do texto da Constituição:

No que diz respeito à população negra, que representava cerca de 40% da sociedade brasileira na década de 1980, segundo dados do IBGE, a Constituição previa, apenas, no inciso 42 do Artigo 5º, que o racismo passa a ser enquadrado como crime inafiançável e imprescritível (Paixão, 2019).

Obviamente essa não era a única demanda elencada pelo Movimento Negro Unificado, fundado na década de 70, mas os movimentos sociais ainda estavam se organizando após 20 anos de ditadura militar. A despeito disso, contudo, o Movimento Negro havia se organizado a tempo:

Atento à necessidade de se organizar para encaminhar suas demandas, o movimento negro realizou, de forma auto-organizada, no ano de 1986, em Brasília (DF), a Convenção Nacional “O Negro e a Constituinte”. (Paixão, 2019).

Enviadas as demandas à Assembleia Constituinte, porém, o movimento negro organizado teve pouco poder de atuação no que seria ou não consagrado no documento constituinte. (Paixão, 2019). A bancada negra na época contava com quatro

parlamentares: Paulo Paim (PT/RS), Edmilson Valentim (PCdoB/RJ), Carlos Alberto Caó (PDT/RJ) e Benedita da Silva (PT/RJ). E apesar das demandas plurais do movimento negro, à época a única atendida foi a criminalização do racismo. Que antes era negada, pois com o mito da democracia racial era como se não houvesse racismo no Brasil. Contudo:

Mas tivemos no governo do Lula e no governo Dilma condições para poder fazer esse debate, que foi muito rico, porque era resultado da Constituição”, declara Benedita da Silva (Paixão, 2019).

E, ainda que os corpos negros sigam sendo alvos do encarceramento em massa e que a brutal desigualdade econômica ainda persista, no início dos anos 2000, uma série de outras demandas foram contempladas: a lei 10.639, de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”; a Lei de Cotas que foi criada para garantir o acesso de pessoas provenientes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e deficientes ao ensino superior e técnico, democratizando o acesso ao ensino entre esta população. Com essas conquistas pós Constituição e 30 anos depois do seu nascimento o samba-enredo da Mangueira de 2019 conta uma *história que a história não conta*:

Brasil, o teu nome é Dandara, E a tua cara é de cariri, não veio do céu, Nem das mãos de Isabel, A liberdade é um dragão no mar de Aracati. Salve os caboclos de julho, Quem foi de aço nos anos de chumbo Brasil, chegou a vez De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês.⁴

Um samba-enredo corajoso, a escola vendedora, num Brasil que havia recém-eleito para presidente um homem que evocava as insígnias da ditadura militar, homenageando torturadores, reforçando as milícias e a violência contra o povo negro e indígena. Um Brasil que, a despeito das inúmeras transformações sociais ocorridas no processo de redemocratização, não havia feito as contas com os anos de chumbo e pagava seu preço. Um samba-enredo que resgatou a história e a luta do povo negro, um Brasil que não está no retrato e homenageou Marielle Franco, vereadora do Rio Janeiro brutalmente assassinada por investigar essas milícias. Assassinada por fazer o seu trabalho, assassinada a mando de um deputado federal, um conselheiro do Tribunal de

⁴ “História Pra Ninar Gente Grande” dos compositores Manu da Cuíca, Luiz Carlos Máximo, Danilo Firmino, Deivid Domênico, Silvio Mama, Márcio Bola, Ronie Oliveira e Tomaz Miranda. Créditos: Paulinho Bandolim.

Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), com o envolvimento do delegado, ex-chefe da Polícia Civil do mesmo estado. Um crime que chocou o mundo e fez de Marielle Franco símbolo de luta do povo negro e, principalmente, da mulher negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceição Evaristo resgata poeticamente Macabéa ao mesmo tempo que traça sua genealogia e faz um retrato documental do Brasil escravocrata. Um resgate feito através da linguagem, pois é a palavra inscrita que se inscreve e instaura no mundo a mudança, que coloca mulheres negras em outras cenas, longe das inúmeras violências sofridas ao longo dos séculos, vislumbrando outros mundos e histórias possíveis. A escritora faz isso pari passo com as transformações vividas nos últimos no Brasil, após a Constituição Cidadã de 1988. E reescreve a narrativa de denúncia das desigualdades sociais do Brasil de *A hora da estrela*, de Clarice Lispector. Vê-se a intenção de criar narrativas de protagonismo negro, celebrando sua identidade, sua maestria, sua intelectualidade, sua ancestralidade e sua história tão apagadas nos últimos 500 anos. E resgata-se também o direito à imaginação, à invenção e reinvenção de uma personagem cuja subjetividade era nula. No resgate do passado e da denúncia de uma colonialidade instaurada desde o pós-abolição, emerge a subjetividade de Macabéa. Uma outra história aparece. Histórias para ninar gente grande e incomodá-los nos seus sonos injustos para parafrasear a grande escritora. É interessante ressaltar, como aponta Lugones (2019) que Conceição resgata a personagem desprovida de subjetividade -na fala do homem branco, ou seja, do discurso dominante-, *a partir da perspectiva da subalternidade, no espaço da restituição do pensamento subalterno*. Conceição Evaristo, respondendo ao convite de Clarice Lispector, entende que *o diálogo não é apenas possível na diferença colonial, mas necessário para aqueles que resistem à desumanização* (Lugones, 2019, p. 374). Por último, mas não menos importante, este trabalho quis comparar o resgate da personagem Macabéa com as transformações sociais ocorridas no Brasil desde a publicação de *A Hora da Estrela*, em 1977 e em plena ditadura militar, e a *Macabéa, flor de Mulungu*, de 2012, num Brasil pós Constituição cidadã, após o processo de redemocratização e com um governo que possibilitou um pouco mais de abertura para a implementação das lutas do povo negro e do Movimento Negro Unificado. Após muitos séculos de luta e algumas conquistas, mulheres antes vistas como Macabéas, desprovidas de qualquer subjetividade e propósito, estão escrevendo, publicando, falando, entrando nas universidades, ocupando

outros lugares no mundo para além das imagens de controle relegadas às mulheres não-brancas. Quase 30 anos após a publicação de Spivak, e muitas transformações sociais depois, parece que o subalterno encontrou, fundou um espaço de onde falar. Lugones (2020) sustenta que *é a partir do locus fraturado oriundo da diferença colonial que é possível criar uma resposta a essa diferença, a partir desse lugar duplo de subalternidade: [...] O Eu -entre-outros à resistência com e em tensão extrema com a diferença colonial* (Lugones, 2020, p. 365). Por isso a importância de, a partir da escrita oriunda da vivência do locus fraturado que a escrevivência cunhada por Conceição Evaristo, apresenta-se como uma resposta. O grito que rompe o silêncio: *dá na dança, dá no canto, dá no gesto. Eu acho que as populações subalternizadas, os sujeitos subalternizados, a gente sempre encontra um lugar de dizer a nossa fala* (Angu de Grilo, #250). E, de fato, Conceição Evaristo não só encontrou com muita maestria o lugar de dizer – na escrita que imagina outros mundos e se insubordina ao racismo –, como abriu portas para que tantas outras mulheres amefricanas e ameríndias também começassem a fazê-lo, ou seja, romper o silêncio e acordar a casa grande.

REFERÊNCIAS

Angu de Grilo: 5 anos, ao vivo com Conceição Evaristo. Locução de Flávia Oliveira e Isabela Reis: Rio de Janeiro: 25 de agosto de 2024. Angu de Grilo. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1xlw41VnHn5PFGFRX65OEO>. Acesso em: 02/10/2024.

BENTO, Cida. *O pacto da Branquitude*. 1ª ed- São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em: 23 abril. 2021.

EVARISTO, Conceição. *Da grafia-desenho de Minha Mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. Mesa de Escritoras Afro-brasileiras*. XI SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA/II SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/search?q=grafia+desenho+de+minha+m%C3%A3e>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Belo Horizonte: Nadyala, 2011.

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'Água*. 1ª ed- Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos*/organização Flávia Rios, Márcia Lima – 1ª ed, - Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia: *primavera para as rosas negras*. Rio de Janeiro: UCPA Editora, 2018.

HOLANDA, Heloísa Buarque (org). *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista brasileiro: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogò, 2019

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela* [recurso eletrônico] / Clarice Lispector. – Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2013.

MEDEIROS, V.L.C. *Luzes difusas sobre o verde-amarelo: questões brasileiras na perspectiva de Clarice Lispector*. Tese de Doutorado defendida em 2002 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15015#>

LUGONES, Maria. *In: Pensamento Feminista hoje, perspectivas decoloniais*. Org: Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

PAIXÃO, Mayara. *O Movimento Negro e a Constituição de 1988: uma revolução em andamento*. <https://www.brasildefato.com.br/especiais/o-movimento-negro-e-a-constituicao-de-1988-uma-revolucao-em-andamento> acesso em 21/07/2024

SOUZA. Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno falar?* tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 66-67.

Recebido em: 04/01/2025

Aceito em: 25/04/2025

Daniela Severo de Souza Scheifler: doutoranda em Estudos de Literatura (UFRGS),
Mestra em Literaturas Pós-coloniais (UFRGS), Licenciada em Letras e Literaturas de
Língua Portuguesa (UFRGS) e Graduanda em Língua e Literatura Italiana (UFRGS).